

Relatório e Contas 2019

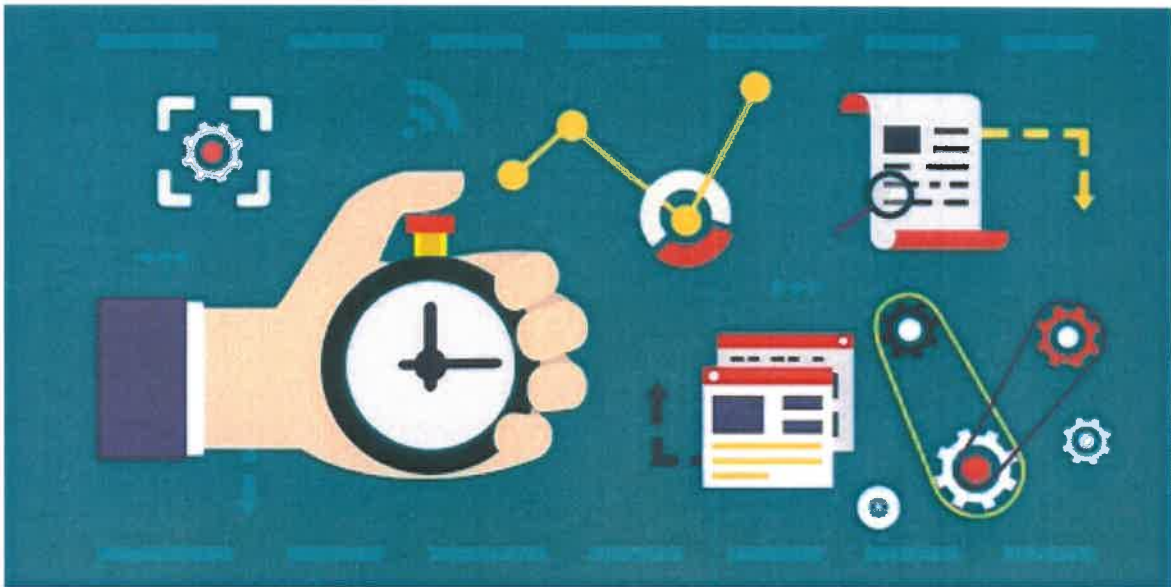


Índice

Missão	5
Capital Social	5
Órgãos Sociais	6
I – Introdução	7
II – Enquadramento das Atividades	8
Atividades no plano institucional:	8
No plano da estrutura organizacional e do pessoal:	8
III – Outros Assuntos	8
IV Plano de Atividades	10
CULTURA	11
ATIVIDADE GERAL	11
FESTAS DA PRAIA 2019	13
FESTAS DA PRAIA 2019 – “LENDAS DA MARESIÀ”	13
DIREÇÃO ARTÍSTICA E OUTRAS ATIVIDADES	13
DREAMZONE	13
FEIRA DE GASTRONOMIA DO ATLÂNTICO	13
OUTONO VIVO 2019	14
PLANO DE ATIVIDADES DO OUTONO VIVO	14
APRESENTAÇÕES DE LIVROS	14
MESAS REDONDAS, TERTÚLIAS E DEBATES	14
EXPOSIÇÕES	14
ESPETÁCULOS	14
CINEMA	15
WORKSHOPS:	15
Deslocações às Escolas	16
Deslocações a Lares de Idosos	16
NATAL 2019	17
SOLIDARIEDADE SOCIAL	21

V Prestação de Contas.....	26
Balço.....	27
Demonstração de resultados por Naturezas	29
Demonstração dos fluxos de caixa.....	31
Anexo	33
Mapas financeiros.....	33
Certificação Legal de contas	54
Parecer Concelho fiscal	59
Atas	61

Relatório de Gestão



2019

Missão

Promover a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia cultural tem também na sua missão o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do conselho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais.

Também faz parte da sua missão o desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovem o conselho em todas as vertentes referidas.

Também exerce todas as atividades desde que estejam relacionadas direta ou indiretamente no todo ou em parte, com a sua missão, designadamente através da prestação de outros serviços necessários na área cultural e social do concelho.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de um milhão cento e quarenta mil setecentos e quinze euros, representado por duzentos e vinte e oito mil cento e quarenta e três títulos, de cinco euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

- a) Uma de um milhão cento e dez mil quinhentos e noventa e cinco euros, representado por duzentos e vinte e dois mil e cento e dezanove títulos, pertencente ao Município da Praia da Vitória;
- b) Uma de vinte e nove mil quinhentos e noventa euros, representado por cinco mil novecentos e dezoito títulos, pertencente à Filarmónica União Praiense;
- c) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Corpo Nacional de Escutas;
- d) Uma de duzentos e cinquenta euros, representado por cinquenta títulos, pertencente ao Orfeão da Praia da Vitória;
- e) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo de Teatro Experimental "A Teia";

- f) Uma de quinze euros, representado por três títulos, pertencente ao Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Tibério Manuel Faria Dinis (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Raquel Lemos Borges (Município da Praia da Vitória)

Secretária: Virgínia Maria Barcelos Faria (Município da Praia da Vitória)

Direção:

Presidente: Carlos Armando Ormonde da Costa (Município da Praia da Vitória)

Vice-Presidente: Maria Madalena Medeiros Pereira (Filarmónica União Praisense)

Tesoureiro: José Avelino dos Santos Simões Borges (Município da Praia da Vitória)

Secretário: José António Borges Mendonça (Filarmónica União Praisense)

Vogal: José Gabriel Dias Medeiros (Orfeão da Praia da Vitória)

Conselho Fiscal:

Presidente: Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde (Município da Praia da Vitória)

Vogal: João Carlos de Castro Tavares (Corpo Nacional de Escutas)

Relatora: Luísa Moniz Matos (Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”)

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2019 correspondendo ao vigésimo segundo ano de atividade da Praia Cultural após a sua constituição em 1998.

A Praia Cultural foi formalmente criada, em 6 de julho de 1998, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Município da Praia da Vitória e entidades representativas do setor cultural, tendo os titulares dos seus órgãos sido eleitos em Assembleia Geral realizada no mesmo dia.

As entidades cooperadoras que fundaram a Praia Cultural, além do Município da Praia da Vitória, são: a Filarmónica União Praisense; o Corpo Nacional de Escutas; o Grupo de Teatro Experimental “A Teia”; a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz e o Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha”.

Em 2003 foi aceite como cooperante o Orfeão da Praia da Vitória.

Em 2005 a Cooperativa de Artesanato de Santa Cruz foi dissolvida, deixando de ser cooperante.

A 26 de Dezembro de 2018 foi aprovada uma modificação da estrutura-organizacional

O Plano de Atividades e Orçamento a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 29 de outubro de 2018, por unanimidade, com a presença dos representantes do Município da Praia da Vitória, da Filarmónica União Praisense, do Grupo Folclórico “Fontes da Nossa Ilha” e do Orfeão da Praia da Vitória. O Conselho Fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu parecer positivo, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

II – Enquadramento das Atividades

No exercício de 2018 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional:

Realizaram-se três reuniões da assembleia-geral – em 02/04/2019, a 2/09/2019 e 20/11/2019, que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas.

No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi modificada, a estrutura organizacional tendo sido aprovada em 26 de dezembro de 2018 estas mesmas modificações, sendo que estas se mantem a data do presente relatório.

No final do ano de 2019 a Praia Cultural tinha 126 funcionários

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, ou seja, um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um Vogal, todos não remunerados, eleitos em Assembleia Geral de 31 de março de 2016.

Sessões Ordinárias da Assembleia da Cooperativa

2 de abril de 2018

2 de setembro de 2019

20 de novembro de 2019

III – Outros Assuntos

Relativo ao valor de 250.000,00€ registado em investimentos em curso, o mesmo será objeto de escritura no primeiro semestre de 2020 de forma a ser transferido para ativos fixos tangíveis.

Relatório Anual de Atividades



2019

IV Plano de Atividades

No ano de 2019 foram desenvolvidas um conjunto de Iniciativas, conforme previsto no respetivo plano de atividades.

Índice da Programação por sectores

CULTURA

Atividade Geral;

Festas da Praia;

Outono Vivo;

Natal 2019.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

CULTURA

ATIVIDADE GERAL

Este departamento destacou-se em 2019 por desenvolver e produzir atividades culturais de caráter geral no Auditório do Ramo Grande, Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira bem como em outros espaços culturais de referência do Município da Praia da Vitória. Destacamos as seguintes iniciativas:

- 10 de Janeiro – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do filme “Uma Mulher Não Chora”;
- 11 de Janeiro – Espetáculo de Stand up Comedy “Depois do Medo” com Bruno Nogueira;
- 12 e 13 de Janeiro – Cinema Infantil – “Força de Ralph: Ralph Versus Internet”;
- 12 e 13 de Janeiro – Sessão de Cinema “O Regresso de Mary Poppins”;
- 18 e 19 de Janeiro – Sessão de Cinema “Creed II”;
- 26 de Janeiro – Concerto do Grupo “Fadoalado”;
- 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro – Formação e concerto com o Saxofonista George Garzone;
- 7 de Fevereiro – Concerto “60 anos de Vida, 45 de canções” com António Bulcão, Mário Laginha e convidados;
- 8 de Fevereiro – Espetáculo de Stand up Comedy “NOS Comédia” com Francisco Menezes, Serafim e Hugo Sousa;
- 9 e 10 de Fevereiro – Cinema Infantil – “Astérix: O Segredo da Poção Mágica”;
- 9 e 10 de Fevereiro – Sessão de Cinema “Glass”;
- 14 de Fevereiro – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do filme “O Meu pai e Eu”;
- 15 de Fevereiro – Concerto Solidário – “Um dia pela Vida” da Liga Portuguesa contra o Cancro;
- 16 e 17 de Fevereiro – Sessão de Cinema “Green Book”;
- 23 e 24 de Fevereiro “Carnaval Sénior 2019”;
- 1 a 5 de Março “Carnaval 2020”;
- 7 de Março – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do filme “Cold War - Guerra Fria”;
- 8 e 9 de Março – Sessão de Cinema “A Favorita”;
- 9 de Março – Teatro Infantil “A Reviravolta dos Brinquedos”;
- 16 e 17 de Março – Cinema Infantil “Como Treinares o Teu Dragão: o Mundo Secreto”;
- 16 de Março – Teatro “Da Sala para o Cabaret”;
- 20 de Março – Concerto de Aniversário da Filarmónica União Praise;
- 22 e 23 de Março – Sessão de Cinema “Alita: Anjo de Combate”;
- 22 a 31 de Março – Exposição de Fotografia “Teatra” de João Telmo;
- 22 de Março – Conferência “Uma Vida em Palco” com Cucha Carvalheiro;
- 24 de Março – Concerto Solidário da Liga Portuguesa Contra o Cancro;
- 30 de Março – Teatro “Porta com Porta” com Sofia Alves e João de Carvalho;
- 5 de Abril – Concerto de Maria Bettencourt;
- 6 de Abril – Sessão de Cinema “Snu”;
- 6 e 7 de Abril – Cinema Infantil “O Filme Lego 2”;
- 10 de Abril – Benchmarking de Enoturismo;
- 11 de Abril – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do filme “Blackkkklandsman: o infiltrado”;
- 12 e 13 de Abril – Sessão de Cinema “Capitão Marvel”;
- 18 de Abril – Concerto da Lira Açoriana;
- 20 e 21 de Abril – Sessão de Cinema “Dumbo”;
- 25 de Abril – Concerto “Venham Cantar Abril” de Luís Gil Bettencourt;
- 26 e 27 de Abril – Sessão de Cinema “Shazam”;

- 2 de Maio – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do Filme: “Feliz Como Lázaro”;
- 4 de Maio – Teatro “A Vida no Campo” de Joel Neto;
- 4 e 5 de Maio – Cinema Infantil “Parque Maravilhas”;
- 10 e 11 de Maio – Sessão de Cinema “After”;
- 18 de Maio – Teatro “Insónia” com Fernando Mendes;
- 23 a 26 de Maio – Azores Tango Marathon;
- **24 e 25 de Maio – Sessão de Cinema “Vingadores”;**
- 1 de Junho – Musical “Estórias de Encantar”;
- 8 de Junho – Festival Sol Menor;
- 13 de Junho – “O Outro Lado do Cinema” – Exibição do filme: “No Coração da Escuridão”;
- 15 e 16 de Junho – Cinema Infantil “Aladdin”;
- 16 de Junho – Concerto do Coro Juvenil do Ramo Grande;
- 3 de Julho – Concerto da Escola de Música da Filarmónica União Praisense;
- 21 de Setembro – Concerto da Orquestra Gulbenkian;
- 28 e 29 de Setembro – Sessão de Cinema “Rei Leão”;
- 12 de Outubro – Concerto “Paris, Lisboa” de Salvador Sobral;
- 22 e 23 de Novembro – Festival de Fado Amador dos Açores com a participação do grupo “Três Bairros”.

FESTAS DA PRAIA 2019

Para o período das Festas da Praia foram programadas algumas atividades que dinamizaram todo o concelho da Praia da Vitória em diferentes vertentes, mantendo-se a estrutura já implementada e correspondendo, desta forma, ao objetivo de manter as Festas da Praia como um dos principais atrativos turísticos e de animação do concelho.

FESTAS DA PRAIA 2019 – “LENDAS DA MAREZIA”

Subordinadas ao tema “Lendas Maresia”, a edição de 2019 das Festas da Praia tiveram lugar de 2 a 11 de Agosto.

DIREÇÃO ARTÍSTICA E OUTRAS ATIVIDADES

As principais artérias da cidade encheram-se de cor. Da programação principal do certame fizeram parte Desfiles, atuações de filarmónicas, atividades desportivas, tauromaquia, cantoria, fado, marchas populares, atuações de danças de carnaval, desfile infantil, desfile de abertura, concertos nos palcos marina e tradições, desfile de grupos folclóricos entre muitas outras atividades que fizeram parte da programação do principal certame da Praia da Vitória.

DREAMZONE

No espaço Dreamzone, que funcionou de 2 a 10 de Agosto subiram ao palco dj’s e agrupamentos musicais nacionais e internacionais. Djodje, Jiggy, Smira, Stereossauro, Dj Ride, Rod Ávila, Bonga, Dj Artur, Insert Coin, Capitão Fausto, I Love Baile Funk, Armandinho, Funkamente, Gavin James, Van Breda, Agir, Spitfyah, Nik Kershaw, Remember Old Times, Vítor Kley, Sam Feldt e Gaspar.

FEIRA DE GASTRONOMIA DO ATLÂNTICO

Esta feira integrada nas Festas da Praia 2019, voltou a apresentar, à semelhança de anos anteriores, a participação de Restaurantes, Charcutarias, Pastelarias e outros espaços nacionais. Em termos de restaurantes registou-se a participação dos seguintes: “O Típico” – Mealhada; “Tasca Algarvia” – Algarve; “Taberna do Quinzena” – Ribatejo; “Do dia para a Noite” – Madeira; “Carne Arouquesa” – Beira Alta; “República dos Petiscos” – Alentejo e “Açores à Mesa” – Ilha Terceira.

Já em termos de charcutarias contou com a participação de: “Damar” – Serra da Estrela; “Bísaro” – Trás-os-Montes; e “Marquês, o Alentejano” – Alentejo.

Quanto a pastelarias participaram as seguintes: “Amêndoa Doce” – Bragança; “O Capote” – Setúbal; e “O Forno” – Ilha Terceira.

Para além dos participantes acima referidos, a Feira de Gastronomia contou ainda com a participação de outros espaços como a “Quinta dos Açores”, “Frutaria da Fonte” e “Venda Açoriana”.

OUTONO VIVO 2019

PLANO DE ATIVIDADES DO OUTONO VIVO

Tentando corresponder aos diferentes tipos de público pretendeu-se desenvolver um plano de atividades diversificadas que se encontram identificadas nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do presente documento.

APRESENTAÇÕES DE LIVROS

Durante a programação do evento foram levadas a cabo cerca de 39 apresentações de livros. Romances, História, livros técnicos, poesia e entrevistas tiveram lugar na programação do Outono Vivo 2019. Todas as apresentações e lançamentos encontram-se identificadas no anexo I do presente documento.

MESAS REDONDAS, TERTÚLIAS E DEBATES

Na programação do Outono Vivo houve também espaço para mesas redondas e debates. A apresentação do grupo PEN (Poetas, Ensaístas e Narradores), a mesa redonda subordinada ao tema “Literatura e Sociedade” (com Vamberto Freitas, Luís Filipe Sarmiento, Ernesto Rodrigues, Teolinda Gersão e Álamo de Oliveira), o painel sobre o tema “Literatura: Profissionalização ou não?” (com Joel Neto, Ana Cristina Leonardo, Jaime Oliveira Martins, Gonçalo Tavares, David Machado e Paulo Moura); as duas sessões das “Conversas às 8” subordinadas aos temas “Pinguinhos Milagrosos: Medicação na Infância” e “A Influência dos Reality Shows na Educação das Crianças” (que contaram com a participação de Vítor Leite, Maria Rita Ávila, Tatiana Ourique, Vasco Pernes e Ana Terra); a tertúlia em torno do tema da exposição “Gineceu Androceu” (que contou com a participação de João Telmo e Soraia Chaves); e, por fim, a conversa com os escritores Miguel Sousa Tavares e Joel Neto fizeram parte da programação do Outono Vivo 2019.

EXPOSIÇÕES

O Outono Vivo também acolheu nos espaços da Academia de Juventude das Artes da Ilha Terceira e do Auditório do Ramo Grande três exposições distintas. A exposição de pintura “Para Além das Palavras” de Ana Maria Ferraz da Rosa; a exposição de aquarela Hipérboles II de Tânia Gaspar e a exposição de fotografia “Gineceu Androceu” de João Telmo.

ESPETÁCULOS

Em termos de espetáculos podemos subdividir em três vertentes distintas:

- **CONCERTOS:**
 - “Músicas deste Século” pelo coro Pactis;
 - “Suite para Flauta e Trio de Jazz”;
 - “Trovas de Francisco Lacerda” com João Lucena e Vale e Cláudia Pinto;
 - “60 Anos de Vida, 45 de Canções” com António Bulcão, Mário Laginha e convidados;
 - Orfeão da Praia da Vitória;

- Lançamento do CD “Natália” por Luís Gil Bettencourt;
- “A Menina do Mar” pela batuta do maestro Martim Sousa Tavares com leituras de Judite Parreira acompanhados por músicos de orquestra de Câmara.
- **Teatro e Leituras encenadas:**
 - “Meninas Exemplares” com base no texto de Maria Velho da Costa, com encenação de Madalena Palmeirim, interpretação de Cristina Carvalho, Nádia Yracema, Madalena Palmeirim e Sara Carinhas;
 - “Para Atravessar contigo o Deserto do Mundo” com Pedro Lames e Lúcia Moniz;
 - “Depois do Amor – um Encontro com Marilyn Monroe” com Direção de Marília Pêra, Assitência de Direção de Fernando Philbert, Texto de Fernando Duarte e interpretação de Danielle Winits e Sara Freitas.
- **Dança:**
 - “Illusion Tango” pela companhia de Dança Ritmo Azul;

CINEMA

Em termos de cinema tiveram lugar as seguintes sessões:

- **Ciclo de Cinema “Charles Chaplin”:**
 - Exibição do filme “O Garoto”;
 - Exibição do filme “Tempos Modernos”;
 - Exibição do filme “O Grande Ditador”.
- **Ciclo de Cinema “O Filme da Minha Vida”:**
 - “O Apartamento” escolhido e comentado por Soraia Chaves;
 - “O Padrinho” escolhido e comentado por Mário Augusto.

WORKSHOPS:

O Outono Vivo 2019 acolheu os seguintes workshops:

- **Workshop de “Escrita e Imaginação” ministrado por Gonçalo M Tavares;**
- **Workshop de “Escrita e Representação” ministrado por Cristina Carvalho e Sara Carinhas;**
- **Workshop de “Costura” ministrado por Cláudia Andrade.**

Deslocações às Escolas

Alguns dos escritores participantes do Outono Vivo 2019 deslocaram-se às escolas da Ilha Terceira com o intuito de desenvolverem atividades junto dos diferentes níveis de ensino. Essas atividades tiveram como intuito primordial estimular as capacidades cognitivas do público-alvo sendo, por isso, um complemento ao programa de ensino que é ministrado.

Deslocações a Lares de Idosos

Na XIV edição do evento foi desenvolvido pela primeira vez atividades junto dos lares de idosos do concelho da Praia da Vitória. A atividade “Rugas de Riso”, levada a cabo pelos animadores Fernando Terra e Sandro Silva visou criar momentos de alegria, bem-estar e ocupação do público sénior que é utente dos lares do concelho. Cantigas, Canções, Sorrisos e Abraços são palavras são palavras que resumem o espírito desta iniciativa que alcançou um enorme sucesso nos lares envolvidos.

NATAL 2019

No Natal 2019 tiveram lugar alguns momentos que passamos a referir no quadro abaixo:

Número de Ordem	Tema	Género	Participantes	Data de Realização	Local
1	"O Natal"	Cortejo do ensino pré-escolar	Alunos do ensino pré-escolar	6 de Dezembro	Centro Histórico da Praia da Vitória
2	Katia Guerreiro	Concerto	Elementos do agrupamento musical de Katia Guerreiro	6 De Dezembro	Auditório do Ramo Grande
3	Passeios de Pónei	Atividade Lúdica	Público Infantil	7 De Dezembro	Largo da Luz
4	"Fábrica das Gravatas"	Teatro	Elementos da equipa técnica da "Nuvem Voadora Associação Cultural"	7 De Dezembro	Auditório do Ramo Grande
5	Batukes – Musica & Natal	Concerto	Músicos do Agrupamento Batukes	7 De Dezembro	Largo de Jesus
6	Concurso de Montras	Concurso	Comércio Local	8 de Dezembro	Comércio Local
7	Passeios de Pónei	Atividade Lúdica	Público Infantil	8 De Dezembro	Largo da Luz
8	Consumo de Laranja	Animação de Rua	Elementos da equipa técnica da "Nuvem Voadora Associação Cultural"	8 de Dezembro	Rua de Jesus

9	Concerto do Coro Juvenil do Ramo Grande	Concerto	Coro Juvenil do Ramo Grande	8 de Dezembro	Rua de Jesus
10	Desfile de Filarmónicas	Desfile	Vários	8 de Dezembro	Centro Histórico da Cidade
11	Joker	Cinema	s/inf	13 e 14 de Dezembro	Auditório do Ramo Grande
12	Passeios de Pónei	Atividade Lúdica	Público Infantil	14 De Dezembro	Largo da Luz
13	“Irmãos Esferovite”	Animação de Rua	Elementos da equipa técnica da “Nuvem Voadora Associação Cultural	14 de Dezembro	Centro Histórico da Cidade
14	Frozen II – O Reino do Gelo	Cinema	s/inf	14 e 15 de Dezembro	Auditório do Ramo Grande
15	Orfeão da Praia	Cocnerto	Elementos do Orfeão da Praia	15 de Dezembro	Rua de Jesus
16	Totólas	Animação de Rua	Elementos da equipa técnica da “Nuvem Voadora Associação Cultural	15 de Dezembro	Rua de Jesus
17	Irmãos Esferovite	Animação de Rua	Elementos da equipa técnica da “Nuvem Voadora Associação Cultural	15 de Dezembro	Centro Histórico da Cidade
18	Parada de Bonecos	Desfile	Vários	15 de Dezembro	Centro Histórico da Cidade

19	Praia Christmas Fest	Concertos	Vários	20 e 21 de Dezembro	Marina da Praia da Vitória
20	Passeios de Pónei	Atividade Lúdica	Público Infantil	21 De Dezembro	Largo da Luz
21	Batukes – Musica & Natal	Concerto	Músicos do Agrupamento Batukes	21 De Dezembro	Largo de Jesus
22	Coro Allegro	Concerto	Músicos do coro Allegro	22 de Dezembro	Rua de Jesus
23	Totólas	Animação de Rua	Elementos da equipa técnica da “Nuvem Voadora Associação Cultural	22 de Dezembro	Rua de Jesus
24	Corrida de Natal	Desporto	Público em Geral	22 de Dezembro	Passeio Junto à Marina
25	“O Mundo Encantado do Pai Natal”	Cortejo	Vários	22 de Dezembro	Centro Histórico da Cidade
26	“A Casa de Bernarda Alba”	Teatro	Dramax Oeiras	28 de Dezembro	Auditório do Ramo Grande
27	Passagem de Ano	Concertos	Vários	31 de Dezembro	Tenda Junto à Marina
28	Concerto de Ano Novo	Concerto	Filarmónica União Praelense	5 de Janeiro	Auditório do Ramo Grande

29	XV Edição de Vamos Cantar os Reis	Desfile e Concerto	16 Grupos de Reis	6 de Janeiro	Centro Histórico da Cidade
30	Casa de Chocolate	Atividade Lúdica	Vários	Fins-de-semana do período compreendido entre 1 e 22 de Dezembro	Praça Francisco Ornelas da Câmara
31	Insulfláveis e Pinturas Faciais	Atividade Lúdica	Vários	Fins-de-semana do período compreendido entre 1 e 22 de Dezembro	Largo da Luz e Jardim Silvestre Ribeiro
32	Mercadinho de Natal	Comércio	Vários	Fins-de-semana do período compreendido entre 1 e 22 de Dezembro	Largo da Luz
33	Pista de Gelo Simulado	Atividade Lúdica	Público em Geral	De quintas a domingos do período compreendido entre 1 e 22 de Dezembro	Praça Francisco Ornelas da Câmara

SOLIDARIEDADE SOCIAL

No âmbito das atividades da área de Solidariedade Social foram desenvolvidas as iniciativas enunciadas no quadro abaixo:

Áreas de Intervenção	Ações Previstas (Atividade)	Objetivos	Público-alvo	Calendarização
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO E PSICOLOGIA	Conversas às 8	Promover o debate sobre temas sociais e educativos junto da comunidade	Comunidade em geral	Mensal
	Gestão da rede de Creches e Atl's da CPC	Proporcionar um melhor funcionamento das valências	Os beneficiários dos serviços de cada unidade	Anual
	Atividades Ocupacionais nos Atl's de São Brás, Agualva e Cabo da Praia	Desenvolver atividades dinâmicas e de entretenimento dos beneficiários	Os beneficiários dos serviços de cada unidade	Interrupção letiva da Páscoa
	Comemoração de Dias Mundiais de Diversas Áreas	Consciencialização da população sobre a temática em causa	População em geral	Periódica
	Colónias de Férias de Verão	Mantar os utentes ocupados com atividades lúdicas e educativas	Crianças	Interrupção letiva do Verão
	Projeto Jovens em Ação	Apoio psicopedagógico e reabilitação psicomotora de crianças e jovens	Crianças do pré-escolar, primeiro ciclo, segundo ciclo, jovens	Período letivo

			da turma DOV e ocupacional	
	Programa de Ocupação Vocacional	Contribuir para uma orientação profissional e pedagógica assertiva dos jovens beneficiários	Alunos do 12º ano	Período letivo
	Intervenção Psicológica para a Terceira Idade (luto e perda)	Minimizar as consequências psicológicas e comportamentais inerentes à situação	Idosos do Lar de São Brás e Crianças do 1º Ciclo	Anual
	Programa de sinalização e encaminhamento de crianças com necessidades educativas especiais	Proporcionar um desenvolvimento harmonioso dos jovens e crianças que são identificados	Crianças e Jovens	Período letivo
	Projeto “Dar o Salto”	Preparação para o ingresso no Ensino Superior	Alunos do 12º ano	Novembro
	Projeto “Apadrinhamento de Prendas de Natal”	Proporcionar um natal mais feliz a crianças desfavorecidas	Crianças e Jovens carençados	Novembro e Dezembro
AÇÃO SOCIAL	Proporcionar Ações de Formação para desenvolvimento dos recursos humanos	Objetivo aperfeiçoar a qualidade dos técnicos da CPC	Funcionários da CPC	Anual

Desenvolver Ações de Formação aos beneficiários de habitação social	Aprimorar as capacidades dos beneficiários para utilização de uma habitação	Beneficiários de Habitação Social	Anual
Apoio à Renda	Proporcionar o acesso a uma habitação digna junto de agregados familiares com carências económicas graves comprovadas	Residentes do Concelho	Anual
Articulação com os Serviços Sociais e de Habitação da Região Autónoma dos Açores	Sinalizar casos de habitação degradada e de necessidade de apoio ao arrendamento	Residentes do concelho	Anual
Elaborar e concretizar um plano de intervenção para reparação de habitações sociais municipais	Melhorar o conjunto habitacional do município	Inquilinos das habitações sociais	Anual
Processos de legalização de áreas habitacionais ilegais	Regularizar as situações habitacionais identificadas	Proprietários das Habitações ilegalmente edificadas	Anual
Carnaval Sénior	Estimular os centros de convívio no envolvimento dos idosos do concelho no Carnaval típico da Ilha Terceira	Todos os idosos da Ilha Terceira	Fevereiro

Organização do 13º torneio de Sueca Sénior	Estimular as capacidades mentais dos idosos bem como mante-los em atividades ocupacionais	Idosos do concelho	Março
Programa “Chegada da Primavera”	Realização de um conjunto de atividades lúdicas alusivas à Primavera com o intuito de se manter os idosos ativos e coloca-los temporariamente fora do ambiente habitacional	Idosos do concelho	Abril
Atividades Lúdico-Pedagógicas	Atividades desenvolvidas pelos técnicos animadores nos centros de convívio do concelho com o intuito dos idosos se sentiram com ativos e recebam a atenção que merecem	Idosos dos Lares	Vários períodos do ano
Marcha de São João Sénior	Manter os idosos ativos	Idosos do concelho	Junho e Agosto
Passeio Sénior	Proporcionar lúdica fora da ilha	Idosos dos Concelho	Setembro
Semana Sénior	Celebração e atividades com idosos em todas as freguesias do concelho	Idosos do Concelho	Outubro
Exposição de Presépios e Presépio Vivo	Manter ativas as capacidades cognitivas dos idosos	Idosos do Concelho	Dezembro
Cartão do Idoso	Os idosos terem benefícios em aquisição de bens e serviços	Idosos do Concelho	Anual
Livro de Receitas	Recolha de receitas antigas e consequente edição de um livro	Idosos do Concelho	Anual

Relatório Anual de Contas



2019

V Prestação de Contas

Demonstrações financeiras a 31 De dezembro de 2019 e 2018

Índice das demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados por Naturezas

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo

Certificação Legal de Contas

Parecer concelho Fiscal

Atas

Balanço

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Eur

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	3 071 601,28	3 125 827,79
Ativos Intangíveis	7	4 533 463,58	4 625 983,25
Outros Investimentos financeiros		256 813,09	250 836,39
	Subtotal	7 861 877,95	8 002 647,37
Ativo corrente			
Inventários	9	5 463,24	1 713,54
Clientes	11	30 528,70	54 179,65
Estado e outros entes públicos	21	33 688,42	12 155,84
Outros créditos a receber	11; 21	700 787,31	283 161,91
Diferimentos	12	6 944,16	20 607,16
Caixa e depósitos bancários	5	15 943,09	28 087,50
	Subtotal	793 354,92	399 905,60
	Total do ativo	8 655 232,87	8 402 552,97
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	1 140 715,00	1 140 715,00
Outras reservas		12 556,42	12 204,12
Resultados transitados		-1 091 648,83	-1 094 819,49
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio	20	2 227 081,72	2 276 647,01
	Subtotal	2 288 704,31	2 334 746,64
Resultado líquido do exercício	8	2 377,86	3 522,96
	Total do capital próprio	2 291 082,17	2 338 269,60
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	5 110 600,72	5 069 332,38
	Subtotal	5 110 600,72	5 069 332,38
Passivo corrente			
Fornecedores	14	489 641,91	293 643,52
Estado e outros entes públicos	21	35 663,85	9 480,38
Financiamentos obtidos	14	520 231,66	650 406,56
Outras dívidas a pagar	21	208 012,56	41 422,53
	Subtotal	1 253 549,98	994 950,99
	Total do passivo	6 364 150,70	6 064 283,37
	Total do capital próprio e do passivo	8 655 232,87	8 402 552,97

A Direção

O Contabilista Certificado

José Manuel Mendes Alves Sousa

Handwritten signatures and initials:
 JMS
 JMS
 JMS
 JMS

Demonstração de resultados por Naturezas

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada
 Demonstração individual dos Resultados por Naturezas
 Período Findo em: 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Eur

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Cabo" and "Fey" with initials.
 - Middle right: "Fadaleu" with a signature.
 - Far right: A large handwritten mark resembling a stylized "N" or "Z".

Código de Contas		RENDEIMENTOS/GASTOS	Notas	Exercícios		Var %
Pos	Neg			2019	2018	
71/72		Vendas e serviços prestados	19	719.355,25	295.588,17	143,36%
75		Subsídios à exploração	19	2.606.627,91	1.329.364,02	95,08%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-81.246,07	-8.470,66	859,15%
	62	Fornecimentos e serviços externos	15	-1.306.402,95	-691.103,88	46,61%
	63	Gastos com o pessoal	16	-1.588.511,35	-379.293,33	318,70%
75-785		Outros rendimentos	21	49.776,85	49.846,55	-0,14%
	68-685	Outros gastos	21	-34.482,72	-275.939,39	-87,50%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				965.116,92	119.891,48	204,54%
751	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6; 17	-165.739,51	-76.916,51	115,38%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				199.377,41	42.974,97	363,94%
	69	Juros e gastos similares suportados	18	-189.863,98	-37.622,84	404,65%
85		Resultado antes de impostos		9.513,47	5.352,13	77,75%
	812	Imposto sobre o rendimento do período	21	-7.135,61	-1.829,17	290,10%
Resultado líquido do período				2.377,86	3.522,96	-32,50%

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período

Resultado líquido do período atribuível: (*)

- Detentores do capital da casa mãe
- Interesses que não controlam
- Subtotal

Resultado por ação básica

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

4 Direção

O Contabilista Certificado

Handwritten signature: José Manuel Mendes Alves Sousa

Demonstração dos fluxos de caixa

Entidade: Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Período Findo em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Eur

Rubrica	Notas	2019	2018
Recebimentos de Clientes		418 006,20	269 715,83
Pagamentos a Fornecedores		-1 181 737,33	-1 039 849,02
Pagamentos ao Pessoal		-1 421 921,32	-395 590,03
Caixa gerada pelas operações		-2 185 652,45	-1 165 723,22
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-35,85	-2 291,11
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		2 477 282,48	1 150 686,95
Fluxos das atividades operacionais (1)		291 594,18	-37 327,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18 993,39	-1 089,32
Ativos Intangíveis		0,00	-4 625 983,25
Investimentos financeiros		-5 976,70	-442,28
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	563,56
Fluxos das atividades de investimento (2)		-24 970,09	-4 628 951,29
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		511 500,00	4 895 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-600 404,56	-204 250,86
Juros e gastos similares		-189 963,94	-41 479,64
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-278 768,50	4 649 269,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-12 144,41	4 390,73
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		28 087,50	23 696,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	15 943,09	28 087,50

A Direção

O Contabilista Certificado

João Manuel Mendes Alves Sousa

alo
JCS
JCS
JCS
JCS

Handwritten mark

Anexo

Mapas financeiros

Praia Cultural – C.I.P.R.L.

ANEXO

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Praia Cultural é uma cooperativa de interesse público, de acordo com o artigo 6º do Código Cooperativo e com o Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de Janeiro, de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos, que tem a sua sede social na Rua Serpa Pinto nº 62, Praia da Vitória, e que tem como objeto principal a criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura e audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

A Praia Cultural tem também por objeto a prestação de serviços na referida área.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de dezembro;

- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual/duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 80
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Cooperativa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros

estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registrados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registrados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registrados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Cooperativa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Cooperativa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Cooperativa é o custo médio.

4.7 Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Cooperativa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Cooperativa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Cooperativa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Opticare', and a blue triangle containing the number '7'.

4.11 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

4.12 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Direção pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

4.13 Fornecedores e Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

4.14 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes (inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019 conforme se seguem:

Descrição	2018	2019
Caixa	3 886,10	5 080,50
Depósitos à ordem	24 201,40	10 862,59
Total	28 087,50	15 943,09

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Ativo Bruto

	Saldo em 01/01/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
Terrenos e recursos naturais	29.518,86	-	-	-	29.518,86	-	-	-	29.518,86
Edifícios e outras construções	3.689.015,57	-	-	-	3.689.015,57	-	-	-	3.689.015,57
Equipamento básico	1.741.243,99	-	-	-	1.741.243,99	7.601,04	-	-	1.748.845,03
Equipamento de transporte	30.250,00	-	(4.000)	-	26.250,00	10.000,00	-	-	36.250,00
Equipamento administrativo	82.958,77	185,08	-	-	83.143,85	1.392,35	-	-	84.536,20
Equipamentos biológicos	13.250	-	-	-	13.250,00	-	-	-	13.250,00
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	45.555,64	904,24	-	-	46.459,88	-	-	-	46.459,88
	5.631.792,83	1.089,32	(4.000,00)	-	5.628.882,15	18.993,39	-	-	5.647.875,54

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 01/01/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2019
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	599.464,97	46.112,69	-	-	645.577,66	46.112,69	-	-	691.690,35
Equipamento básico	1.685.657,88	20.988,75	-	-	1.706.646,63	21.165,86	-	-	1.727.812,49
Equipamento de transporte	25.833,33	2.541,67	(2.667)	-	25.708,33	958,33	-	-	26.666,66
Equipamento administrativo	82.695,45	399,52	-	-	83.094,97	368,76	-	-	83.463,73
Equipamentos biológicos	828,13	1.656,25	-	-	2.484,38	1.656,25	-	-	4.140,63
Outros ativos fixos tangíveis	34.324,82	5.217,63	-	-	39.542,45	2.957,95	-	-	42.500,40
	2.428.804,58	76.916,51	(2.666,67)	-	2.503.054,42	73.219,84	-	-	2.576.274,26

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante a vida útil estimada (Nota 3.2).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Ativo Bruto				Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2018	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.		
Outros ativos intangíveis	-	4 625 983	-	-	4 625 983,25	4 625 983,25
	-	4 625 983,25	-	-	4 625 983,25	4 625 983,25

	Amortizações Acumuladas				Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2018	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.		
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	92 519,67
	-	-	-	-	-	92 519,67

Em 2018, os ativos intangíveis não foram amortizados devido à aquisição ter ocorrido a 28/12/2018.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Cooperativa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Cooperativa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Praia Cultural é uma entidade sem fins lucrativos, no entanto encontra-se abrangida pelo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A Cooperativa encontra-se sujeita à Tributação Autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no CIRC, estando estas taxas sujeitas a uma redução de 20% de acordo com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores.

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	2018	2019
Resultado Líquido do Período	3 522,96	731,21
Acresce		
Gastos de períodos anteriores	1 180,00	0,00
IRC (incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros)	1 829,17	8 782,26
Gastos não aceites fiscalmente	1 824,75	27 049,25
Encargos com combustíveis	-	250,00
Deduz		
Excesso de estimativa para impostos	-	(211,56)
Diferença entre mais-valias contabilísticas e fiscais	(13,33)	-
Lucro Tributável	8 343,55	36 601,16
Imposto Imputável à RAA (13,6% / 16,8% * Lucro Tributável) (+)	1 401,72	6 148,99
Pagamento Especial por Conta (dedução à coleta) (-)	-1 190,76	0,00
Pagamento por conta (dedução no IRC a pagar) (-)	-730,00	-339,00
Derrama Municipal (1,5% * Lucro Tributável) (+)	125,15	549,02
Tributações Autónomas (+)	302,30	437,60
TOTAL A PAGAR	-91,59	6 796,61

INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019, os inventários da Cooperativa apresentavam os seguintes valores:

Inventários

	Inventário em 01/01/2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2019
Matérias primas e consumíveis	114,30	353,54	-	-	313,49	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	2 130,45	7 585,91	-	1 713,54	84 751,01	-	5 531,97
	2 244,75	7 939,45		1 713,54	85 064,50		5 531,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				8 470,66			81 246,07
Variações nos inventários da produção				-			-

10 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.

11 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019, as contas de clientes e de outros créditos a receber da Cooperativa, apresentavam a seguinte composição:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos	8 918,00	5 794,95	-	-	8 918,00	5 794,95
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	40 136,40	10 756,95	-	-	40 136,40	10 756,95
De 180 a 360 dias	1 334,25	8 121,80	-	-	1 334,25	8 121,80
Mais de 360 dias	3 791,00	5 855,00	-	-	3 791,00	5 855,00
Cientes de Cobrança Duvidosa						
	54 179,65	30 528,70	-	-	54 179,65	30 528,70

Outros Créditos a Receber

	2018	2019
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	6,87	6,87
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	-	325 000,00
Outros Devedores	283 155,04	375 780,44
	283 161,91	700 787,31

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2019
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	20 607,16	6 944,16
	20 607,16	6 944,16

13 CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2019, o capital subscrito é detido pelos seguintes *Cooperantes*:

Entidades	Nº de Títulos	%	Valor €
Município da Praia da Vitória	222.119	97,36%	1.110.595,00
Filarmónica União Praiense	5.918	2,59%	29.590,00
Corpo Nacional de Escutas	50	0,02%	250,00
Grupo de Teatro Experimental "A Teia"	3	0,00%	15,00
Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha	3	0,00%	15,00
Orfeão da Praia da Vitória	50	0,02%	250,00
Total	228.143	100%	1.140.715,00

14 PASSIVOS FINANCEIROS

Em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019 as rubricas de "Fornecedores" e de "Financiamentos Obtidos" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2019
Fornecedores, Conta Corrente	293.643,52	489.641,91
	293.643,52	489.641,91

Empréstimos de Instituições de Crédito:	Entidade financiadora:	2018		2019		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
00-032202329 01/44	Santander	59.273,16	163.001,28	59.273,16	103.728,12	2022
0007/29066000000	CEMAH	177.126,64	4.717.873,36	187.494,94	4.530.378,42	2038
Custo amortizado		-995,24	-11.542,26	-974,16	-10.568,10	2038
Conta Cauçionada	NB Açores	150.000,00	0,00	0,00	0,00	
Livrança	NB Açores	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	2018
CEMAH 511.500€	CEMAH	0,00	0,00	24.437,72	487.062,28	
Outros	CEMAH	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		650.404,56	5.069.332,38	520.231,66	5.110.600,72	

Empréstimos de Outros Financiadores:	Entidade financiadora:	2018		2019		Vencimento
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Contrato de Mútuo	S.D.C.P.V.	15.000,00	200.000,00	0,00	0,00	2038
Total		15.000,00	200.000,00	0,00	0,00	

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
622	Serviços especializados	217 425,32	370 370,81
6221	Trabalhos especializados	19 216,87	44 286,71
6222	Publicidade e propaganda	6 523,65	5 941,05
6223	Vigilância e segurança	32 403,73	36 702,18
6224	Honorários	140 931,97	253 026,37
6225	Comissões	1 136,36	10 258,82
6226	Conservação e reparação	6 689,81	10 560,69
6227	Serviços bancários	539,83	765,54
6228	Outros	9 983,10	8 829,45
623	Materiais	110 220,24	179 951,52
6232	Livros e documentação técnica	2 918,34	107,85
6233	Material de escritório	3 207,36	3 178,21
6234	Artigos para oferta	187,25	7 257,34
6238	Outros	103 907,29	169 408,12
624	Energia e fluidos	37 181,99	63 585,04
6241	Electricidade	32 318,40	51 230,02
6242	Combustíveis	4 121,63	11 121,29
6243	Água	741,96	1 233,73
625	Deslocações, estadas e transportes	125 555,06	209 325,42
6251	Deslocações e estadas	0,00	4 807,12
6252	Transportes de pessoal	2 840,00	5 853,32
6253	Transportes de mercadorias	0,00	1 065,12
6254	Transportes de material	29 506,19	27 992,35
6258	Outros	93 208,87	169 607,51
626	Serviços diversos	400 721,27	483 170,16
6261	Rendas e alugueres	58 456,72	66 199,30
6262	Comunicação	6 203,93	19 470,68
6263	Seguros	4 657,86	13 804,95
6265	Contencioso e notariado	870,34	1 474,83
6267	Limpeza, higiene e conforto	8 599,77	17 928,65
6268	Outros serviços	321 932,65	364 291,75
62	TOTAL	891 103,88	1 306 402,95

16 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019 é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
632	Remunerações do pessoal	314 783,48	1 310 348,10
634	Indemnizações	864,00	147,73
635	Encargos sobre remunerações	61 968,65	264 091,29
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	891,33	13 479,23
638	Outros gastos com o pessoal	885,87	445,00
63	TOTAL	379 393,33	1 588 511,35

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019 o número médio de colaboradores ascidia a 37 e 111, respetivamente.

17 DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização" nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019 é conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
642	Ativos fixos tangíveis	76 916,51	73 219,84
643	Ativos intangíveis	0,00	92 519,67
64	TOTAL	76 916,51	165 739,51

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos dezembro de 2018 e em dezembro de 2019, são detalhados conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
6911	Juros de financiamentos obtidos	37 622,84	189 863,94
69	TOTAL	37 622,84	189 863,94

19 RÉDITO

A rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços" nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
71	Vendas	63 400,61	217 145,44
711	Mercadorias	15 060,38	138 460,27
712	Bilhetes	49 030,46	82 590,14
717	Devoluções de vendas	-690,23	-3 904,97
72	Prestação de serviços	232 187,56	502 209,81
721	Serviço A - Serviços	105 968,92	435 315,76
722	Serviço B - Alugueres	112 145,39	74 690,66
728	Descontos e abatimentos	-3 398,31	-7 796,61
71 + 72	TOTAL	295 588,17	719 355,25

A rubrica "Subsídios à Exploração" que inclui os donativos, nos exercícios findos em dezembro de 2018 e em dezembro de 2019, é detalhada conforme se segue:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	40 364,02	7 627,91
752	Subsídios de outras entidades	1 289 000,00	2 599 000,00
75	TOTAL	1 329 364,02	2 606 627,91

20 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

DESCRIÇÃO DO SUBSÍDIO	NATUREZA	CAPITAIS PRÓPRIOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Ao Investimento			
Construção do Auditório	Não reembolsável	2 212 901,11	39 195,80
Aquisição da Máquina de Projeção Digital	Não reembolsável	8 431,39	8 408,27
Renovação do Estúdio de Gravação	Não reembolsável	5 749,22	1 961,22
TOTAL		2 227 081,72	49 565,29
À Exploração			
Contrato programa CMPV	Não reembolsável	-	2 598 000,00
Outros apoios	Não reembolsável	-	8 627,91
TOTAL		-	2 606 627,91

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

A RECEBER	
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	33 688,42
TOTAL	33 688,42

A PAGAR	
IRS - Retenção de Impostos a Terceiros	0,00
IRC - a recuperar	6 796,61
IRC - Pagamento por conta	-339,00
IRC - estimativa	7 135,61
Contribuições Sociais (inclui Seg. Social/CGA)	28 867,24
TOTAL	35 663,85

21.2 Outros Rendimentos

O detalhe da rubrica de "Outros Rendimentos" tem no exercício de 2018 e 2019 a seguinte composição:

N.	PLANO DE CONTAS DESCRIÇÃO	Totais Anuais	
		2018	2019
788	Outros	49 846,55	49 776,85
7881	Correções relativas a períodos anteriores	281,40	0,00
7883	Imputação de subsídios para investimentos	49 565,06	49 565,29
7882	Excesso da estimativa para impostos	0,00	211,56
78	TOTAL	49 846,55	49 776,85

21.3 Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" tem no exercício de 2018 e 2019 a seguinte composição:

PLANO DE CONTAS		Totais Anuais	
N.	DESCRIÇÃO	2018	2019
681	Impostos	5 508,37	7 383,47
6812	Impostos indiretos	3 927,73	5 214,37
6813	Taxas	1 580,64	2 169,10
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	769,77	0,00
6871	Alienações	769,77	0,00
688	Outros *	265 804,45	27 099,25
6881	Correções relativas a períodos anteriores	1 180,00	0,00
6883	Quotizações	50,00	50,00
6888	Outros não especificados	264 574,45	27 049,25
698	Outros gastos e perdas de financiamento	3 856,80	0,00
	TOTAL	275 939,39	34 482,72

21.4. Outras dívidas a pagar e outros créditos a receber

As rubricas "Outros Créditos a Receber" e "Outras Dívidas a Pagar" nos exercícios findos em dezembro de 2019 e em dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

Outras Dívidas a Pagar	2018	2019
Credores por Acréscimos		
Remunerações a liquidar	38 815,42	203 512,28
Outros acréscimos de gastos	2 592,15	3 742,94
Credores		
Outros credores	14,96	757,34
TOTAL	41 422,53	208 012,56

Outros Créditos a Receber	2018	2019
Devedores		
Cooperantes	71,14	71,14
ASTP	270 583,90	374 260,15
Adiantamentos a Funcionários	6,87	6,87
Direção Regional do Turismo	12 500,00	0,00
S.D.C.P.V,	0,00	1 228,42
Outros devedores	0,00	220,73
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	325 000,00
TOTAL	283 161,91	700 787,31

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, a Direção está a acompanhar a evolução da situação do vírus Covid-19, tanto a nível nacional como global com vista a tomar atempadamente as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa, visando:

i. Salvar a vida e a saúde dos trabalhadores através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde e disponibilização de informação e meios de proteção adequados;

ii. Preparar a resposta operacional e manter os serviços essenciais em funcionamento; e

iii. Minimizar os efeitos de uma eventual interrupção das atividades laborais e preparar o rápido restabelecimento do normal funcionamento da empresa.

Dada a escassa informação existente até ao momento, sobre a severidade, quer da potencial epidemia, quer das medidas preventivas que os Governos possam vir a tomar, é extremamente difícil quantificar, com um razoável grau de confiança, quaisquer impactos financeiros.

A Direção irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus Cooperadores.




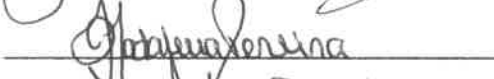
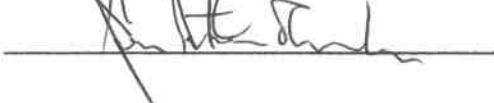
De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado um evento subsequente não ajustável.

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a Cooperativa Praia Cultural não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Mais se informa que a Cooperativa não tem quaisquer dívidas em situação de mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Praia da Vitória, 24 de março de 2020

A Direção

O Contabilista Certificado



Certificação Legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 8.655.232,87 euros e um total de capital próprio de 2.291.082,17 euros, incluindo um resultado líquido de 2.377,86 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 23 do Anexo, salientamos que a pandemia de Covid-19, cujos reflexos serão sentidos em Portugal a partir de março de 2020, terão efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Empresa durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a sua quantificação. A nossa opinião não é modificada por esta matéria.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hib.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



SVTM

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2020

Handwritten signature of Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 2016465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pela Administração da Empresa e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia-geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 24 de março de 2020

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes (ROC 881)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Parecer Concelho fiscal

PARECER

Usando das competências que lhe conferem o Art.º 39º dos Estatutos da *“Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada”*, emitir parecer no que respeita à fiscalidade do período e atividade da Cooperativa *“Praia Cultural”*, no espaço de tempo correspondente ao ano económico de 2019.

Assim, e nos termos supramencionados, este conselho procede à apreciação dos documentos fornecidos, para tal efeito.

Com base nos elementos apreciados e postos à disposição para análise, achamos apto para aprovação, o Relatório de Apuramento de Contas do período em apreço.

Praia da Vitória, aos 20 dias do mês de março de 2019

O Conselho Fiscal



pa Carlos Costa Soares

Atas

**Município da Praia da Vitória
Praça Francisco Ornelas da Câmara n.1
Santa Cruz
9760- Praia da Vitória**

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO

NOSSA REFERÊNCIA
SAI/42/2020
Proc. Geral

DATA
08/06/2020

ASSUNTO: RELATÓRIO DE CONTAS DE 2019

Vimos por este meio junto de Vossa Exa. enviar o Relatório de Contas relativo ao ano de 2019

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção



Carlos Armando Ormonde da Costa

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu através de videoconferência, a Direção da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, com sede na Rua de Serpa Pinto nº62. Presidiu o Sr. Carlos Armando Ormonde da Costa, na qualidade de presidente deste órgão. Encontrando-se presente Carlos Armando Ormonde da Costa, Maria Madalena Medeiros Pereira, José Avelino dos Santos Simões Borges, José Gabriel Medeiros e José António Mendonça, a Direção reuniu com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um: Ponto de situação da atividade da CPC face ao Covid-19;-----

Ponto Dois: Apresentação, Discussão e Votação de proposta de revisão orçamental e alteração aos contratos programa;-----

Ponto Três: Apresentação de apoios deliberados pela CMPV para as Creches e Atls concessionadas pela CPC;-----

Ponto Quatro: Apresentação discussão e votação do Relatório e Contas da Cooperativa Praia Cultural referente ao ano de 2019;-----

Ponto Cinco: Outros assuntos do interesse da Cooperativa Praia Cultural.-----

Verificando-se a existência de quórum, a sessão iniciou-se pelas dezoito horas e cinquenta minutos.-----

O Presidente da Direção, Carlos Costa, deu início à sessão começando por questionar se havia algum assunto a tratar antes do período da ordem do dia. Pelos presentes, não foi apresentado qualquer assunto.-----

Ponto Um: A Direção tomou conhecimento do Ponto de situação da atividade da CPC face ao Covid-19;-----

Ponto Dois: A Direção deliberou aprovar por unanimidade a proposta de revisão orçamental e alteração aos contratos programa;-----

Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e
Responsabilidade Limitada
Rua Serpa Pinto 62
9760-450 Santa Cruz C.A.E.: 94991 N.I.F.: 512054436
Mat. 30 de 1998.10.06 em Praia da Vitória Cap.: EUR 114071,50

ATAS

Handwritten signatures and initials:
A. Borges
J. C. M.
Folha 58

Ponto Três: A Direção tomou conhecimento dos apoios deliberados pela CMPV para as Creches e Atls concessionadas pela CPC;-----

Ponto Quatro: A Direção deliberou aprovar por unanimidade o Relatório e Contas da Cooperativa Praia Cultural referente ao ano de 2019;-----

Ponto Cinco: Outros assuntos do interesse da Cooperativa Praia Cultural.-----

Nada mais havendo a tratar, foi feita a leitura da Ata tendo sido aprovada por unanimidade e subscrita pelos presentes.-----

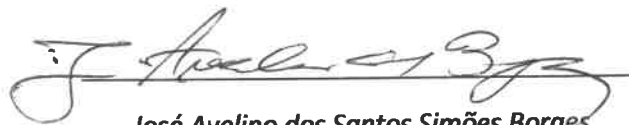
Praia da Vitória, 23 de Abril de 2020

O Presidente da Direção,



Carlos Armando Ormonde da Costa

O Tesoureiro,



José Avelino dos Santos Simões Borges

O Vogal,

Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e
Responsabilidade Limitada
Rua Serpa Pinto 62
9760-450 Santa Cruz C.A.E.: 94991 N.I.F.: 512054436
Mat. 30 de 1998.10.06 em Praia da Vitória Cap.: EUR 114071,50

ATAS


José Gabriel Medeiros

Folha 59

O Vogal,


José António Mendonça

A Vice-Presidente


Maria Madalena Medeiros Pereira

ATA Nº9

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, concelho de Praia da Vitória, em sessão ordinária pelas dezoito horas e trinta minutos, a Assembleia Geral da Praia Cultural – Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, com sede na Rua de Serpa Pinto nº62. Presidiu Tibério Manuel Faria Dinis, na qualidade de Presidente deste órgão. Encontrando-se presentes Tibério Manuel Faria Dinis, Virgínia Maria Barcelos Faria, José Avelino dos Santos Simões Borges, Maria Madalena Medeiros Pereira, José António Borges Mendonça, Carlos Armando Ormonde da Costa, José Gabriel Medeiros a Assembleia Geral reuniu com a seguinte ordem de trabalhos:_____

Ponto Um: Apresentação e Votação do Relatório e Contas da Cooperativa Praia Cultural referente a 2019;_____

Ponto Dois: Apresentação e Votação da Proposta de Alteração ao Orçamento da Cooperativa Praia Cultural para 2020;_____

Ponto Três: Outros assuntos do interesse da Cooperativa Praia Cultural._____

Verificando-se a existência de quórum, a sessão iniciou-se pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos. _____

O Presidente da Assembleia Geral, deu início à sessão começando por questionar se havia algum assunto a tratar antes do período da ordem do dia não tendo havido questões colocadas neste período._____

Terminado o período antes da ordem do início deu-se início à ordem de trabalhos._____

Ponto Um: O Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da Direção da Cooperativa Praia Cultural para apresentação da Documentação referente ao ponto um da ordem de trabalhos Relatório e Contas da Cooperativa Praia Cultural 2019. Não tendo havido intervenções, o ponto foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade._____

Ponto Dois: Foi colocado a discussão pelo Presidente da Assembleia Geral a proposta de Alteração ao Orçamento da Cooperativa Praia Cultural para 2020. Não tendo havido intervenções, o mesmo foi submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade._____